



A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos...¹

Colonisation as seen by Marx: beyond some misunderstandings

Remy Herrera*

Resumo: Este artigo analisa a evolução das posições de Marx sobre a colonização. Ele enfatiza a invariante dessas reflexões, a saber, a denúncia da violência colonial. No ponto de partida, encontramos uma interpretação da colonização como um processo de modernização e civilização, então, gradualmente, como uma dinâmica de destruição-regeneração, ligada, ao mesmo tempo, à unificação do mundo e à marcha em direção à revolução. Por último, e especialmente, o autor identifica as inflexões sucessivas do pensamento de Marx - resolutamente crítico da colonização - sobre questões coloniais e nacionais, o caráter não linear da história e a diferenciação das formações sociais.

Palavras-chave: Marxismo. Colonização. Capitalismo. Revolução.

Abstract: This article analyses the evolution of Marx's positions on colonisation and emphasises an ever-present aspect of these reflections, namely: the denunciation of colonial violence. Initially, we encounter an interpretation of colonisation as a process of modernisation and civilization, and then as a progressive dynamic of destruction-regeneration, linked to the unification of the world and the march towards revolution. Finally, and above all, the paper identifies the successive inflections of Marx's thinking on colonial and national issues that result from the non-linear character of history and the differentiation of social formations, which remain resolutely critical of colonisation.

Keywords: Marxism. Colonisation. Capitalism. Revolution.

Résumé: Cet article analyse l'évolution des positions de Marx à propos de la colonisation. Il souligne l'invariant de ces réflexions, à savoir la dénonciation de la violence coloniale. Au point de départ, on trouve une interprétation de la colonisation comme processus de modernisation et de civilisation, puis, progressivement, comme dynamique de destruction-régénération, liée à la fois à l'unification du monde et à la marche vers la révolution. L'auteur identifie enfin, et surtout, les inflexions successives de la pensée de Marx - résolument critique de la colonisation -, au sujet des questions coloniale et nationale, du caractère non linéaire de l'histoire, et de la différenciation des formations sociales.


Mots clés: Marxisme. Colonisation. Capitalisme. Revolution.

Submetido em: 17/9/2018. Aceito em: 5/11/2018.

¹ Este artigo tem por base a introdução da obra *Friedrich Engels Karl Marx sur le colonialisme*, publicada pela editora Éditions Critiques (Paris), em maio de 2018.

Tradução: Elizabeth Cardoso Oliveira e Luiz Jorge Vasconcelos Pessoa de Mendonza.

* Diplômé d'École supérieure de Commerce (1988), de l'Institut d'Études politiques de Paris (1990) et de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (maîtrise de philosophie [1994] et doctorat d'économie [1996]), habilité à diriger des recherches à Paris 1 (2002), il dirige des thèses de doctorat au Centre d'Économie de la Sorbonne. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0003-4444-6736>>. E-mail: <remyherrera@aol.com>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Os escritos de Marx nos quais ele aborda o tema da colonização não são muito numerosos. No entanto, mesmo assim constituem-se de centenas de páginas. Dispersos ente si, eles têm *status* muito diferentes; ora artigos de imprensa, cartas, notas de leituras; ora passagens (citações) de grandes obras. Esses textos dedicam-se às margens do capitalismo, pela periferia da Europa, porém estão longe de serem anedóticos. Com efeito, é preciso saber inserí-los em uma reflexão sobre o futuro do mundo e sobre sua transformação pela revolução. E não é exagerado dizer que esses escritos são, de fato, indispensáveis para apreender, em sua complexidade, os percursos do pensamento teórico e da ação política de Marx.

O termo *colonização* é mais frequentemente entendido por Marx no sentido moderno, como uma conquista militar e ocupação por parte de um poder metropolitano de territórios, com o objetivo de dominação dos povos estrangeiros e sua exploração econômica no âmbito de um *império*. Este termo também é, em geral, empregado como referência à expansão mundial dos países da Europa, que se iniciou em fins do século XV, conduzindo à *divisão do mundo* em benefício dos centros. A colonização é, portanto, inseparável da singularidade do modo de produção capitalista.

Marx é herdeiro do Iluminismo, e sobretudo de Hegel. Os *Princípios da filosofia do direito* (parágrafos 245 a 249) mostra a sociedade civil tomada por suas contradições e condenada a sair de si mesma para resolvê-las. Desse modo, apoiavam-se em outros povos na tentativa de crescer de modo ilimitado. Hegel acrescentava, contudo, que esta saída não se constituía como solução para os conflitos da sociedade civil, apenas as transportavam com risco de reproduzir tais conflitos sobre um espaço mais vasto, com mais intensidade (HEGEL, 1995).

De fato, é preciso saber situá-los numa reflexão sobre o futuro do mundo e sobre suas transformações pela revolução. E não é exagerado dizer que esses escritos são, de fato, indispensáveis para apreender, em sua complexidade, os percursos do pensamento gótico.

Marx escreve, com Engels, sobre a colonização entre os anos de 1840 e 1880. A época é relevante. Trata-se, por um lado, do período do capitalismo mercantil, tomada de comando pela indústria, livre concorrência, hegemonia da Inglaterra, e que Marx percebe ter se completado. Por outro lado, trata-se do período do imperialismo, da reconquista do mundo pelos monopólios, que conduzirá à supremacia da finança estadunidense, um tempo que ainda não acontecera. Eis o momento no qual Marx fala da colonização, que é aquele do chovinismo ocidental, da intolerância crescente, das ideologias racistas e dos ódios reacionários do século XIX.

Percebemos a trajetória de uma reflexão teórico-política sobre a colonização. E o que vemos, à medida que as pesquisas se diversificam e se aprofundam, são evoluções, complexificações, indeterminações e mesmo mal-entendidos aos quais elas deram lugar.

O ASPECTO CONSTANTE NA REFLEXÃO : A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA COLONIAL

Para Marx, a colonização é antes de tudo “[...] o emprego das forças armadas [...]” (MARX, 1977a, p. 178), a violência da conquista de territórios e a submissão de povos. Os exemplos são numerosos em suas obras que relatam crimes, sofrimentos impingidos, o esmagamento de vidas humanas aos milhões. O paroxismo é atingido, segundo ele, nas colônias inglesas. Elas são citadas como *modelos* de sociedades estabelecidas sobre o ódio racial, as hecatombes, a escravidão, as pilhagens, as fomes organizadas, a repressão, a tortura e a segregação. Nada de surpreendente: a Inglaterra é hegemônica em nível mundial. Ele fala “[...] *desses cães ingleses de nervos delicados, de sua hipocrisia* [...]” (MARX, 1978, p. 344)², de sua crueldade (na Jamaica), dos “[...] procedimentos filantrópicos em prática em suas colônias penitenciárias [...]” (MARX; ENGELS, 1978, p. 185)³ (na Índia), das “[...] *abominações* [cometidas] *apenas para seu próprio prazer* [...]” (MARX; ENGELS, 1978, p. 183) (na China).

Marx se baseia nos relatórios oficiais da época ou elucidando a blindagem da imprensa dominante (o *velho sanguinário* Times, em primeiro lugar) que é levada a vociferar contra a *selvageria dos indígenas*, a lamentar apenas as vítimas de origem europeia, a interpretar de fato a comédia do “*Hipócritas da vigância* [para] que caia no esquecimento que o governo inglês é responsável pelo mal acontecido” (MARX; ENGELS, 1978, p. 183). Em nenhum momento, ele omitiu os suplícios vividos pelos povos colonizados. Ele os expôs muito cedo: desde *A Ideologia Alemã*⁴, até mesmo antes⁵, ainda que de forma diferente das críticas anticoloniais dos liberais, falsamente generosas; ou dos socialistas, cheios de boas intenções, porém perigosos já que colocam em risco o sucesso da revolução. A violência institucionalizada, aderindo às estruturas da administração colonial, sempre foi mostrada cruamente. E isto a tal ponto que Marx exorta as rebeliões: “*Nós só demos um breve capítulo muito açucarado da história verdadeira da dominação inglesa na Índia. Na presença de tais fatos, homens imparciais e razoáveis serão talvez levados a se perguntar se para um povo não é justificável tentar expulsar os conquistadores que cometeram tais abusos contra suas pessoas*” (MARX, 1857, p. 176, grifo nosso)⁶.

As acusações de Marx decorrem da constatação de um fato histórico incontornável: a violência é intrínseca à gênese do capital industrial. A colonização é um método pelo qual se realiza a acumulação primitiva, a forma mais brutal, porém é apenas um dos meios utilizados pelo capital. Há tanta complacência pelo capitalismo colonial ultramarino quanto pelo capitalismo da sociedade burguesa no centro do sistema mundial, que expropria os camponeses, joga-os nos *slums* sórdidos e impõe aos proletários uma vida sub-humana. São duas faces de uma mesma realidade, a da expansão do capital. “Ao mesmo tempo que a indústria de algodão introduzia na Inglaterra a escravidão infantil, nos Estados Unidos ela transformava o

²MARX, K. [Carta]. Destinatário: F. Engels. London: 20 nov. 1865, in: Marx e Engels (1978). Textos sobre colonialismo.

³Artigo de Marx, de 16 de setembro de 1857, sobre a primeira guerra do Ópio.

⁴Uma passagem de Saint Max expõe o castigo do *Spansobocho*, aplicado pelos colonos em Suriname. Ver: Marx e Engels (1968, p. 338).

⁵Quando Marx esboça o conceito de *fetichismo* nos *Débats sur la loi aux vols des bois* (Debates sobre a lei relativa aos roubos de madeira) (*Rheinische Zeitung*, 25 de outubro - 3 de novembro de 1842), ele diz que é “*para salvar os homens*” que os ameríndios de Cuba, “*vendendo no ouro o fetiche dos espanhóis*”, “*jogavam-no ao mar*”... .

⁶Textos sobre colonialismo.

tratamento [...] dos negros em um sistema mercantil. Era preciso para o pedestal a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa, a escravidão sem expressão do novo Mundo (MARX, 1977a, p. 201).

A denúncia da violência colonial é constante na reflexão de Marx. No entanto, nesta crítica percebe-se evoluções extremamente importantes.

O PONTO DE PARTIDA, A MODERNIZAÇÃO E A CIVILIZAÇÃO

Os primeiros textos de Marx prometem, contudo, a modernização e a civilização pela colonização. Ele está convencido que a vitória do proletariado inglês será o sinal da libertação das nações oprimidas – inclusive na Europa (Irlanda, Polônia...). É o tempo do otimismo, sustentado por uma visão da história impulsionada pela luta de classes e as revoluções que ocorrem (1848). A conquista da Índia e a da Argélia são percebidas como oportunidades decisivas para esses países. A colonização é uma agressão, inadmissível certamente, mas de qualquer forma é um progresso. Seus artigos de 1853 publicados no New York Daily Tribune – jornal progressista estadunidense influente, no seio do qual Marx lutou contra as tendências antissocialistas – exageram e interpretam a colonização da Índia como sendo *revolucionária*. “[A] Inglaterra, em [...] Hindoustan, era guiada por interesses abjetos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos [...]. Ela foi um instrumento inconsciente da História ao provocar esta revolução” (MARX; ENGELS, 1978, p. 42, grifo nosso).

Essa interpretação positiva da colonização remete ao *Manifesto*, para o qual burguesia e civilização coincidiam ou se compatibilizavam muito bem. A civilização personifica, então, a indústria inglesa e a superioridade da burguesia. Esta última, apesar de tudo, dissolve o feudalismo, coloca em ação as forças produtivas e torna, então, necessária – e possível – a transição em direção à sociedade sem classes (MARX; ENGELS, 1965, p. 163). É ela que, pela colonização, desintegra as antigas comunidades escravizando os povos não europeus e amplia, para além da Europa, seu domínio sobre o mundo. Engels assume a mesma posição e, em 1848, os dois autores tomam partido a favor dos Estados Unidos contra o México. O governo estadunidense – a serviço dos escravocratas e, no norte do México, dos especuladores imobiliários – é condenado, mas sem colocar em questão a colonização. Marx e Engels têm a esperança de ver os Estados Unidos exercer um papel na reviravolta do mundo, e já antecipam a mudança (deslocamento/alteração) a vir (futura) do centro hegemônico do sistema mundial⁷ (MARX; ENGELS, 1988a).

O avanço colonial tem certamente um preço humano, muito elevado: “A burguesia jamais efetuou um progresso sem arrastar (rebocar) os indivíduos e os povos através do sangue e da lama, da miséria e da degradação?” (MARX; ENGELS, 1978, p. 97, grifo nosso), pergunta Marx (artigo de 1853 sobre a Índia). A civilização burguesa tem duas faces: “A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa espalham-se sob nossos olhos passando de seu lar natal, onde ela assume formas respeitáveis, às colônias onde ela se apresenta sem véu” (MARX; ENGELS, 1978, p. 98, grifo nosso). Só quando “[...] uma grande revolução social tiver controlado essas realizações da época burguesa [que] o progresso humano deixará de assemelhar-se a este hediondo ídolo pagão que só quer beber o néctar no crânio das vítimas”

⁷Artigo de fevereiro de 1850 na Neue Rheinische Zeitung.

(MARX; ENGELS, 1978, p. 99). Enquanto isso, os países conquistados são forçados a se engajar sobre o caminho da *civilização*. Isso – dizemo-lo – sem negar a civilização própria do país colonizado. Será preciso esperar anos antes que a condenação do colonialismo se sistematize. Pois, por muito tempo, a análise de Marx será, sobretudo, levada em termos de destruição-regeneração.

A COLONIZAÇÃO ENQUANTO DINÂMICA DE DESTRUIÇÃO-REGENERAÇÃO

A explicação dada da gênese do capital no Livro I d'O Capital situa a colonização no centro da acumulação primitiva, que não se limita à Europa (MARX, 1977a, p. 193)⁸. O desenvolvimento do capital se produz pela dissolução do feudalismo (concentração fundiária, cercamentos, separação do trabalhador de seus meios de produção, força de trabalho liberada, divisão do trabalho). Mas também estendendo-se ao mesmo tempo em direção à esfera de domínio do capital. É a face externa do processo, às vezes negligenciado, que traduz a colonização das sociedades pré-capitalistas localizadas fora de seu campo de ação. A inclusão de zonas externas ao mundo da mercadoria se efetua por uma dinâmica de destruição-regeneração, sobre o modelo reiterado de *Aufhebung* (ultrapassagem por supressão-conservação). Destruição significa aqui substituição de relações e estruturas novas às formas anteriores em desagregação. Esse processo é ilustrado no artigo de 1853 *Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia*. A Inglaterra tem aí uma dupla missão: 1) destruidora e 2) regeneradora. A aniquilação da velha sociedade, depois a colocação dos fundamentos materiais da sociedade moderna.

A intrusão dos ingleses na Índia fracassou toda a entidade sócio-econômica. Após a conquista, os capitalistas substituem as relações mercantis por um controle de produções locais. Isso passa pela transformação do sistema fundiário. A condição da produção capitalista, diz o livro I, é uma “[...] *propriedade do solo arrancada das mãos da massa*” (MARX, 1977a, p. 209, grifo nosso)⁹. Liberar a terra, é individualizar sua propriedade. Repousando sobre a interdependência agricultura-artesanato, o modo pré-capitalista desaba (MARX, 1977a, p. 37-38). O capital tem armas temíveis contra o mercado colonial, como os baixos preços dos produtos de fábrica. Entre a metrópole e suas colônias, a troca é desequilibrada – desigual, diremos. As diferenças das estruturas produtivas, e, portanto, de produtividade do trabalho em benefício do país colonizador, que produz no mesmo tempo mais valor, conduzem a lucros extras. A lei do valor atropela o país submisso, pois o monopólio colonial permite aos capitalistas europeus vender suas mercadorias acima do valor, tal qual determinado na metrópole. Esta concorrência manipulada (*desleal*) desestrutura as atividades das colônias menos produtivas. Ela age *de modo revolucionário*¹⁰ (MARX, 1977c, p. 341-342; MARX; ENGELS, 1978, p. 41) destruindo a sociedade colonial.

A regeneração pode então surgir, *a partir de um monte de ruínas*. Marx monta um admirável quadro dos progressos suscetíveis de serem trazidos à colônia pela penetração do capital (MARX; ENGELS, 1978, p. 93-96): unidade política do país, imprensa livre, educação, meios de transporte, propriedade privada da terra, *liberação* da mão-de-obra rural colocada à

⁸Tomo 3. 8ª seção. Capítulo XXXI, § “Le régime colonial (O regime colonial)”.

⁹Tomo 4. 8ª seção. Capítulo XXXIII.

¹⁰Marx (1977c, p. 341-342). Livro III. Tomo 1. 4ª seção. Capítulo XX. Também: Marx e Engels (1978, p. 41).

disposição das indústrias nascentes... Na Índia e em demais espaços, a Inglaterra devasta, seu exército pilha, sua indústria destrói, seu capital suga superlucros. No entanto, o capital investe ali, constrói, reorganiza o sistema produtivo a ponto de criar as condições de seu encerramento (fim/superação) futuro tão mais quanto o desenvolvimento local previsto for dinâmico.

Sobre essas previsões de futuro, é preciso reconhecer que Marx se enganou; ou que ele não extraiu as consequências dos encadeamentos que havia descoberto. Nos Manuscritos de 1857-58 (Grundrisse), ele diz, contudo, que o desenvolvimento da produção mercantil simples não resulta necessariamente na produção mercantil capitalista, que pode levar à *outra coisa [que não o capital]* (MARX, 1980, p. 410-452, grifo nosso)¹¹. O Livro I finaliza com o exame descritivo das colônias de povoamento (e com as teses de Wakefield). No entanto, no início do Livro II, Marx não fala mais das colônias (MARX, 1977b): apresenta *em abstrato* o modo de produção capitalista, sem mencionar quaisquer articulações do capitalismo com outros modos de produção fora da Europa, que ainda não tenham sido substituídos. Além disso, não sabemos como ele teria redigido os trabalhos consagrados às colônias e anunciados em seu *plano de 1857* – que acabou não tendo tempo de escrevê-lo.

O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DO MUNDO, CAMINHADA RUMO À REVOLUÇÃO

O que Marx diz é que a colonização, enquanto expansão da dominação burguesa no mundo, é uma etapa de unificação do mundo (MARX, 1963, p. 1438-1451)¹², inerente à reprodução do capital que submete à sua lógica as outras sociedades, segundo uma dialética mercantil mundial – a da grande indústria (MARX, 1977a, p. 131-132)¹³. O progresso provém da inserção da colônia ao sistema mundial, mesmo circunscrita às funções de receptáculo de emigrantes e fornecedora de matérias-primas. E, evidentemente, a vantagem econômica da exploração colonial para os capitalistas europeus é fundamental: a colonização age em contratendência à lei da queda tendencial da taxa de lucro. É a oportunidade de lucros extraordinários, repelindo a crise de superprodução.

Contudo, Marx não duvida que a colonização conduzirá à industrialização da periferia. Ele vê nitidamente os obstáculos (o regime colonial, a ausência de propriedade privada do solo), mas pensa que nenhuma resistência durável impedirá a expansão/desenvolvimento do capital. A industrialização ocorrerá. Ele não percebe que a expansão capitalista no centro impedirá uma generalização homogênea do desenvolvimento. Por isto ele permanece prisioneiro do seu próprio momento histórico. É apenas posteriormente que os monopólios bloquearão a formação *normal* do capitalismo na periferia, condenando-a ao subdesenvolvimento. Em resumo, Marx ainda não podia perceber que a formação do capitalismo enquanto sistema mundial seria outra coisa que não apenas a extensão do modo de produção capitalista em escala *mundial*¹⁴.

No artigo de 1853 sobre *Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia*, Marx retoma sua tese segundo a qual somente as revoluções proletárias dos países avançados poderão, a

¹¹Parte III. Tomo I. 2ª seção. sobretudo p. 444.

¹²Ver, por exemplo, Marx (1963, p. 1438-1451).

¹³Livro I. Tomo II. 4ª seção. Capítulo XV e VII.

¹⁴Herrera (2001a, p. 201-221). Ver também: Amin e Herrera (2000).

longo prazo, abrir a era do socialismo. Ele entrevê a ascensão de movimentos de liberação nacional, mas não diz mais nada sobre isso (MARX; ENGELS, 1978, p. 92). Em 1850, ele até prevê um avanço bastante rápido na China, de forma que não tardaremos a ler sobre a Grande Muralha as seguintes palavras: “República chinesa: liberdade, igualdade, fraternidade”¹⁵. O fato de admitir a possibilidade de uma revolução na China (ou em outro lugar no Sul: Índia, Egito, Argélia) já é extraordinário em si, tendo-se em conta o racismo que então reinava. O alcance universal das esperanças de revoluções extra-europeias bastaria, por si só, para incluir Marx no humanismo antirracista radical. Entretanto, naquela época, para ele as lutas dos povos colonizados ainda são apenas um complemento ou um prolongamento da tarefa que cabe unicamente ao proletariado europeu. De fato, é a partir do nível industrial, o mais elevado possível, que se poderia fundar o modo de produção superior, o comunismo.

Marx não diminui a gravidade da colonização. Ele diz que o destino dos povos colonizados é pior que aquela parte de trabalhadores das metrópoles. Ele não tem menos atenção por uns que pelos outros. Ele pensa, portanto, que a expansão do capital é terrivelmente dolorosa, mas que é inevitável e arrasta todos os povos no mesmo movimento. E isto até que finalmente reúna em escala global as condições da revolução mundial para a emancipação de todos.

Contudo, Marx e Engels vão radicalizar sua denúncia sobre o fenômeno colonial ao compreenderem que era preciso imunizar os europeus contra o veneno do racismo, destilado por suas burguesias. Engels escreve em 1856: “*Nos damos conta que a pretensa liberdade dos cidadãos ingleses tem por fundamento a opressão das colônias*” (MARX; ENGELS, 1978, p. 340, grifo nosso). Eles não podiam perceber os determinantes do que ia se tornar o imperialismo, mas vêem que as colônias são exploradas em benefício das sociedades do centro em seu conjunto, proletariado inclusive, e que o aburguesamento de frações da classe operária representa um perigo. Engels: “*O que os operários ingleses pensam da política colonial? A minha fé, a mesma coisa que os burgueses*” (MARX; ENGELS, 1978, p. 357-358, grifo nosso). E, mais tarde: “*Os operários participam no monopólio colonial da Inglaterra e vivem alegremente com isso*” (MARX; ENGELS, 1978, p. 357-358, grifo nosso)¹⁶.

Poucos marxistas do Norte ousam aventurar-se sobre esse tabu, que bloqueia a reativação do internacionalismo dos trabalhadores do Norte em relação aos povos do Sul, quase apagados¹⁷. Marx era menos tímido, tanto que fala de “[...] milhões de operários, condenados a perecer nas Índias, para fornecer a um milhão e meio de trabalhadores na Inglaterra, na mesma indústria, três anos de prosperidade em dez” (MARX, 1961, p. 90). Isto equivale a designar o proletariado das colônias como força revolucionária do futuro! Ele até expressou seu receio de ver um dia a burguesia dos países colonizados, em plena expansão, formar uma força em medida de derrotar a revolução que eclodiria/irromperia no centro (MARX; ENGELS, 1978, p. 343)¹⁸. Para além do paradoxo (revolução nos países avançados/ aburguesamento dos operários), trata-se aqui de uma corrida contra o tempo: a revolução no Norte ocorrerá a tempo? (HERRERA, 2001b).

¹⁵Artigo publicado na *Neue Rheinische Zeitung, Politischökonomische Revue*, nº 2, de janeiro-fevereiro de 1850.

¹⁶ENGELS, F. [Carta]. Destinatário: Karl Kautsky. London, 12 set. 1882. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1882/09/12.htm>>.

¹⁷Emmanuel (1969), com apresentação crítica e observações teóricas de C. Bettelheim.

¹⁸MARX, K. [Carta]. Destinatário: F. Engels. London, 8 out. 1858.

INFLEXÃO Nº 1 : QUESTÕES COLONIAIS E NACIONAIS

Uma primeira inflexão na reflexão de Marx sobre a colonização se produz no fim dos anos de 1850. Ela diz respeito à Irlanda. A questão colonial é abordada, pela primeira vez, em clara ligação com a questão nacional¹⁹. O conflito irlandês, colonial e nacional, força a reflexão sobre a relação entre luta de classes na metrópole e liberação nacional da colônia.

No início dos anos de 1860, Marx toma consciência que a luta do movimento operário inglês está hipotecada/comprometida pelo problema irlandês. Por conseguinte, a emancipação nacional da Irlanda será percebida como “[...] a condição da qual depende a emancipação social dos trabalhadores ingleses” (MARX; ENGELS, 1978, p. 352-355)²⁰. Esta mudança está ligada à constatação de uma cisão no seio da classe operária na Inglaterra: os operários não formam uma frente unida face aos capitalistas, mas estão divididos segundo um critério de nacionalidade. Em 1869, Marx diz estar “[...] *cada vez mais convencido de [...] que a classe operária inglesa não poderá fazer nada de decisivo na Inglaterra enquanto não romper com a política das classes dominantes, e não fizer causa comum com os irlandeses*” (MARX; ENGELS, 1978, p. 349, grifo nosso).

Para articular as lutas operária e nacional, as relações de classes e de nações, Marx fala de nação oprimida (*oppressed Irish*) e de nação de opressores (*oppressors England*) (MARX; ENGELS, 1978, p. 349)²¹. Ambas sendo concebidas como um todo que encobre a natureza de classes da opressão do proletário pelo burguês. Em outros termos, às relações intranacionais de exploração de classes vêm doravante se sobrepor às relações internacionais de dominação. Temos aí um potencial emancipatório das ideias nacionalistas do país dominado, do qual se beneficiam os proletários do país dominante onde, em compensação, um nacionalismo colonialista serve à burguesia. A Irlanda torna-se detonadora das lutas inglesas. Marx disse: “Por muito tempo acreditei que é a expansão do movimento operário inglês que permitiria subverter o regime irlandês. Um estudo mais sério me convenceu do contrário. A classe operária inglesa não fará nada antes de estar livre da Irlanda. É na Irlanda que deve ser aplicada a alavanca (MARX; ENGELS, 1978, p. 351)²².

A ordem das prioridades, invertida, joga em favor de uma aliança: as lutas pelo socialismo e pela liberação nacional são solidárias. Apoiar a autodeterminação da Irlanda é um dever dos operários ingleses, passando pelo fim dos preconceitos anti-irlandeses dos *Trade-Unions*. Marx: “[...] *a luta de classes na Inglaterra até então adormecida, lenta, tomaria uma força vigorosa*” (MARX; ENGELS, 1988b, p. 656, grifo nosso). “*É na Irlanda²³ que se encontra o único ponto pelo qual se pode atingir a Inglaterra*”. O momento é decisivo na reflexão de Marx, porém curto. Pois esta estratégia, construída sobre a convicção da iminência de uma revolução na Inglaterra, permanecerá enquanto esperança. Os fatos frustraram as previsões, ainda que a perspectiva de revolução europeia seja preservada. A evolução da guerra franco-alemã de 1870

¹⁹MARX, K.; ENGELS, F. [Carta]. Destinatário: L. Kugelmann. London, 29 nov. 1869. In: Marx e Engels (1978, p. 348-350). Ver também: Marx (1977a, p. 141), “L'Irlande (A Irlanda)”. Tomo 3. 7ª seção. Capítulo XXV. V. 6.

²⁰MARX, K. [Carta]. Destinatário: Sigfrid Meyer e a August Vogt. Londres, 9 abr. 1870. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_09.htm.

²¹MARX, K. [Carta]. Destinatário: L. Kugelmann. London, 29 nov. 1869.

²²MARX, K. [Carta]. Destinatário: F. Engels. London, 10 dez. 1869.

²³MARX, K. [Carta]. Destinatário: L. Kugelmann. London, 28 mars. 1870. Disponível em: https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/kug/km_kug_18700328.htm#_ftn3.

e a destruição da Comuna de Paris geram, contudo, o deslocamento do epicentro da revolução para a Alemanha.

O que vemos é que Marx recusa a generalizar, ou a integrar a dinâmica nacional à teoria da revolução além do caso irlandês (à exceção, talvez, da Polônia)²⁴. O que conta é a análise de situações concretas, caso a caso, que devem retornar à estratégia e definir as táticas, ajustando as posições teóricas segundo os dados reais mutáveis/variáveis. Claramente, seu posicionamento sobre a colonização é sempre guiado pela preocupação da vitória das revoluções e, além disso, pela ascensão mundial do comunismo. Aí se encontra o essencial. Contudo, não transpondo ao Sul esta articulação entre as questões colonial e nacional, Marx para antes da medida completa dos efeitos da colonização sobre a nação oprimida, no limiar de uma mensuração das forças de liberação nacional, que ocuparão a frente da cena ao longo do século seguinte. Cem anos antes das descolonizações afro-asiáticas, a tarefa era árdua.

É verdade que quando Marx se volta para a primeira onda de independências das colônias, latino-americanas nesse caso, o mal-entendido foi terrível. E isso permanece até hoje, se julgarmos pelos comentários que suscita o retrato pouco reluzente (e infeliz) de Simón Bolívar. De fato, quando Marx se profere a respeito disto provoca um grande mal. Utiliza-se (MARX, 1999)²⁵ frequentemente de fontes de informações disponíveis insuficientes, enviesadas, unilateralmente hostis ao *Libertador*. O argumento é limitado. Marx não era daqueles que os discursos dominantes se invertiam. Ele havia delimitado/identificado a história do mundo melhor que muitos contemporâneos. Contudo, o fato é que ele não soube medir o gênio de Bolívar. Sem dúvida porque este último havia direcionado seus exércitos rebeldes contra uma Espanha em que a vinda da revolução teria previamente exigido, segundo Marx, uma centralização monárquica. Centralização esta que fez falta à história hispânica, aproximada do sistema otomano de regimes asiáticos. Isso certamente em nome dos ideais republicanos, mas também, no fundo, de uma *federação de nações*²⁶. Essa foi a opção que o fundador do marxismo instigou/fustigou continuamente para a Europa, recusando toda perspectiva federalista que se inspirasse no modelo estadunidense.

Todavia, sobre esse tema particular, e delicado, como sobre os outros, é a lógica do raciocínio de Marx que é preciso buscar – até seus limites. Analisando a colonização enquanto crescimento indiferenciado no mundo da esfera mercantil, um certo *cosmopolitismo* obscurece a identidade nacional, portanto não pode ser considerado como fenômeno político. Portanto é preciso atenuá-lo: Marx (e Engels com ele) não fala nos mesmos termos sobre a Argélia, onde o ímpeto nacional de resistências é apenas esboçado²⁷. O mesmo em relação à China, onde a motivação nacional é apontada, ou mesmo em relação ao Afeganistão, percebido como *povo histórico*. Mas, em geral, há incerteza, e mesmo desconfiança, face a um fato nacional situado fora da Europa. E isso vai servir de pretexto para alguns marxistas a fim de deixar claro a articulação indispensável das lutas colonial e nacional.

²⁴MARX, K.; ENGELS, F. **Le parti de classe**: introduction et notes de Roger Dangeville. [S. l.], [20--?]. Disponível em: <http://www.luttedeclasser.org/marxisme/kmfepc.pdf>.

²⁵Inicialmente publicado em *The New American Cyclopaedia* (1858).

²⁶Ler aqui: *Le temps et l'espace de Bolivar*, in Herrera (2017, p. 7-50).

²⁷Artigo de Marx intitulado *Bugeaud*, publicado em *The American Cyclopaedia*, em 27 nov. 1857.

INFLEXÃO Nº 2 : HISTÓRIA NÃO LINEAR E SALTOS PARA FRENTE

Uma outra inflexão no pensamento de Marx sobre a colonização se coloca a propósito da Rússia. Esse país foi por muito tempo, a seus olhos, a fortaleza contra-revolucionária, acumulando os defeitos/falhas das monarquias absolutas da Europa e do *depotismo asiático*. Ele compreendeu, melhor que numerosos observadores, as repercussões da expansão territorial russa até o Pacífico – e a expansão/escalonamento russo é, aliás, vista ela mesma sob seu aspecto de colonização terrestre. Mas frequentemente o *problema russo* é colocado em interação com os eventos da Alemanha e decifrado sob a ótica das revoluções que avançam no Ocidente. Além disso, em 1858, Marx escreve: “a revolução começou na Rússia”²⁸. A reviravolta decorre das reformas de 1855-60. Marx apreendeu a transformação do país, sua efervescência revolucionária, e vários fatores o conduzem a atenuar – sem dissipá-las – suas primeiras críticas: a criação de uma seção anti-Bakounin na Internacional, o sucesso de O Capital em russo, a leitura de autores russos (Tchernychevski, Flérovski, etc.), as trocas de cartas com os revolucionários...

Marx é finalmente convidado a se pronunciar sobre o funcionamento da colectividade de moradores russos (*mir*) e sobre os sistemas de propriedade coletiva de terras que os camponeses redistribuíam entre si (denominado *obchtchina*). Em 1881, Véra Zassoulitch pergunta a Marx sua opinião sobre a evolução da Rússia a partir da comuna rural. Ela quer saber se – após uma revolução social – o país poderia passar diretamente ao socialismo. Após três longos rascunhos, Marx responde em uma curta carta²⁹, provocando um mal-entendido quanto à evolução do capitalismo: ele restringe somente à Europa ocidental a *fatalidade histórica* do processo de separação do produtor de seus meios de produção, que começou com a expropriação dos camponeses e se desenvolveu com a propriedade capitalista fundada sobre o assalariado. Ele diz: “O Capital não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural” (CENTRE D’ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES, 1978, grifo nosso). A “[...] *marcha fatal das coisas* [...]” do Capital não se aplica, segundo ele, independentemente de “[...] *circunstâncias históricas* [...]”, “[...] *tudo depende do meio histórico*” (CENTRE D’ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES, 1978, p. 323, grifo nosso).

É o primeiro rascunho. E em continuação ele prossegue:

“[...] a comuna russa pode se desprender de seus traços primitivos e se desenvolver como um elemento da produção coletiva em escala nacional. Ela possui na propriedade comum do solo a base da apropriação coletiva, enquanto seu meio histórico representa a contemporaneidade do capitalismo, dando-lhe as condições materiais do trabalho em comum. [Sem passar pelo capitalismo], ela pode se tornar o ponto de partida do [comunismo]” (CENTRE D’ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES, 1978, p. 325, grifo nosso).

Neste sentido as condições são enumeradas, em rascunho, sem precisões. Porém, o que Marx diz já é muito: a *obchtchina* é a base para encurtar o tempo histórico necessário à Rússia, ainda amplamente agrária, para completar sua revolução. Marx crê nessa revolução. Ele diz em 1869:

²⁸MARX, K. [Carta]. Destinatário: F. Engels. London, [8 Oct.] 1858. Disponível em: https://marxists.catbull.com/archive/marx/works/1858/letters/58_10_08.htm.

²⁹Centre d’études et de Recherches Marxistes (CÉRM) (Centro de Estudos e de Pesquisas Marxistas) (1978, p. 318-342).

“[...] na Rússia, uma terrível revolução social é inevitável” (MARX, 1870 apud RUBEL, 1969, grifo nosso)³⁰. O prefácio à segunda edição russa do Manifesto Comunista (1882) anuncia: “[...] a Rússia é a vanguarda do movimento revolucionário da Europa”. E enfim: “[...] se a revolução russa dá o sinal de uma revolução proletária no ocidente, e se os dois se completam, a atual propriedade coletiva da Rússia poderá servir de ponto de partida a uma evolução comunista” (MARX, 1963, p. 1483-1484, grifo nosso)³¹.

Para além das hesitações, Marx é muito claro: as vias possíveis de passagem ao socialismo são múltiplas. A história tolera saltos para a frente, ousarei dizer. É o que ele já havia escrito em 1877 à Mikhailovski e à redação dos *Otétchestvenniye Zapisky (Annales de la patrie – Anais da Pátria)*³². Desse modo, dez anos após o Livro I de O Capital, o ponto de base das reflexões de Marx aparece com uma maior importância teórico-política: a expansão do capitalismo europeu não poderia constituir uma explicação universal suscetível de ser aplicada em outras sociedades. A partir daí, podemos entrever uma história não linear, não determinista. Qualquer tentativa de teorização que desejasse explicar as trajetórias históricas de modo indiferenciado se localizaria/posicionaria fora da história e seria de fato equivocada. Poderíamos dizer que a crítica, antecipadamente formulada neste momento por Marx, não apenas denuncia o idealismo de uma sequência cronológica simples das formações sociais, mas também denuncia, cientificamente, o impasse que representa tal pretensão. Empreendimento este no qual ele próprio procurara se engajar e que doravante passa a combater.

INFLEXÃO Nº 3 : DIFERENCIAÇÃO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS

Marx trabalhará até sua morte na escrita de sua obra central, O Capital, para levá-la tão longe quanto possível, para além do Livro primeiro, o único que ele havia visto publicado. Mas ele dedicou também uma energia gigantesca à diversificação de suas pesquisas, levadas sobre todos os terrenos – inclusive, a matemática, a agronomia, etc. Seus últimos anos foram assim consagrados, entre outros, a pensar as diferenças das dinâmicas sociais, no espaço e no tempo. É aí que percebemos uma terceira inflexão, crucial para o nosso tema, que vai distanciá-lo um pouco mais de uma visão rígida, mecanicista da interpretação das formações sociais – que lhe atribuímos frequentemente sem motivo.

Quando Marx começou a redigir seus primeiros textos sobre a colonização nos anos de 1840, sua concepção da história aderiria, com algumas nuances, às teses clássicas da época: a linha de evolução da humanidade partindo do Oriente, passaria pela Antiguidade greco-romana e resultaria na civilização moderna da Europa Ocidental. É essa visão – hegeliana – que ele vai, em parte e com precaução, descartar. De fato, Marx estuda as comunidades agrárias das sociedades pré-capitalistas: aproximando-as, comparando-as, restabelecendo-as a uma forma primitiva. Qual seja, a *propriedade coletiva primitiva*, para concluir disso que formas derivadas, ou intermediárias, subsistem no século XIX, tal como a comuna rural russa.

³⁰Carta de Marx de 1870.

³¹Prefácio à 2ª edição russa (1882) do *Manifesto*, in: Marx (1963).

³²MARX, K. [Lettre]. Destinatário: Mikhailovski. London, 1877. Reproduzida em CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES (1978, p. 350).

Marx explora combinações de hipóteses heterogêneas relativas às formações primitivas, onde as relações de produção se articulam com outras relações (como por exemplo as relações de parentesco e de comunidade local...). Ele diferencia socialmente (particularmente, estudando a urbanização, o exercício do poder, o Estado, etc.), e adensa a análise das formas de propriedade, de dominação e de exploração. É sobre essa gradação de *desenvolvimentos da produção puramente local* que a colonização se impõe para mudar a trajetória histórica da sociedade colonizada (“[...] *que pode ser algo novo, [...] uma síntese produzida pela ação recíproca [...]*” (CENTRE D’ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES (1978, p. 235, grifo nosso) do modo de produção do *povo conquistador* e do *povo conquistado*, como escreve Marx). Suas explicações sobre a colonização, nos cadernos, são difíceis de interpretar. Elas integram tanto a luta de classes quanto a malha das forças produtivas. No entanto, as relações de produção tornam-se mais relativas, plurais, polivalentes, ramificadas. Suas reflexões sobre a colonização têm de ser, portanto, centrada a partir das últimas mutações.

A análise das sociedades colonizadas tornam híbridas as *formas coletivas de reprodução social*. Vemos Marx se libertar do economicismo, de um determinismo em que, após ele, muitos *ortodoxos* tentam enclausurar o marxismo. Em suma, Marx rompe com Hegel uma segunda vez, renuncia a relacionar toda a evolução ao vetor Ásia-Europa ocidental. No decênio 1840, sua ruptura com Hegel era incompleta: o devir hegeliano permaneceu, embora doravante, materialista. Marx conservava a visão antiga da história universal, desenvolvendo-se do Oriente em direção ao Ocidente, linearmente. Na realidade, essa ruptura se efetua continuamente ao longo de sua vida. E é exatamente por isso que o tema da colonização é crucial. Ele é uma das instâncias em que relação de Marx com Hegel deteriorava-se continuamente, desfazendo-se até o fim. E isso especialmente em relação às formações pré-capitalistas e às comunidades rurais. Foi o momento em que Marx acaba com a percepção mecanicista da história e rejeita o reducionismo das *marchas forçadas* – qual seja, entre 1877 e 1881. Esta ruptura é definitiva? Talvez não totalmente. Contudo, dado que a saída para além das fronteiras nacionais pelo capitalista se solidifica, como em Hegel, enquanto um fracasso, o que espera o capital no mercado mundial é ainda e sempre será a crise.

O importante, todavia, é compreender que Marx radicalizará incessantemente sua condenação. No fundo, a colonização não é nada além do que um crime. Em 1882, Marx escreve essas palavras a seu amigo Engels:

Procederam em uma praça de *Sidi-Bel-Abbès* à execução de um árabe assassino de um colono, seu empregador, diante de uma multidão numerosa. A família obteve a autorização de suturar/coser/remendar a cabeça, antes de enterrar o corpo, o que era um favor pois os colonos queriam aterrorizar os nativos não devolvendo as cabeças dos mulçumanos decapitados, que não poderiam assim entrar no paraíso de Allah.³³

Quando, ao fim de sua vida, Marx fala da Argélia, ele não mais crê no progresso civilizatório levado pela colonização. A expropriação das terras colonizadas é doravante somente “[...] o grande momento da aceleração da longa pauperização da Argélia, que é fundamentalmente sua história colonial”³⁴. Neste aspecto, a crítica do colonialismo de Marx, que vai aumentando,

³³Ver: Gallissot e Badia, *Marxisme et Algérie*. Textos de Marx-Engels Paris: UGÉ 10/18, 1976. p. 287-373. (*Le Séjour de Marx à Alger*).

³⁴Gallissot e Abadia (1976).

constitui uma transição entre as primeiras atitudes, ambivalentes, que terminam por se atenuar, e as acusações ainda mais radicais que virão com Lênin e outros. A atualidade dessa reflexão – em toda sua amplitude e evolução – é então gritante. Ela nos diz, em suma, que o sistema capitalista, apesar dos avanços dos quais ele pôde ter sido portador por algum tempo, não é humanista. E que esse sistema está em guerra contra toda a humanidade e será ultrapassado.

REFERÊNCIAS

AMIN, S.; HERRERA, R. Le Sud dans le système mondial en transformation. **Recherches internationales**, Paris, n. 60-61, p. 87-99, 2000.

CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES. **Sur les Sociétés précapitalistes** - Textes choisis de Marx, Engels, Lénine. Paris: CÉRM; Études Sociales, 1978.

EMMANUEL, A. **L'Échange inégal**. Paris: Maspéro, 1969.

GALLISSOT, R.; BADIA, G. **Marxisme et Algérie**: textes de Marx-Engels. Paris: UGÉ 10/18, 1976.

HEGEL, F. **Principes de la philosophie du droit**. Paris: Éditions Gallimard, 1995. p. 262-264.

HERRERA, R. La Colonisation vue par Marx et Engels : évolutions (et limites) d'une réflexion commune. Introduction à **Friedrich Engels Karl Marx sur le colonialism**. Paris: Éditions critiques, 2018. p. 7-73.

HERRERA, R. **Figures révolutionnaires de l'Amérique latine**. Paris: Delga. 2017.

HERRERA, R. Les Théories du système mondial capitaliste. In: BIDE, J.; KOUVELAKIS, E. (dir.). **Dictionnaire Marx Contemporain**. Paris: PUF. 2001a. p. 201-221.

HERRERA, R. Brève Introduction à la théorie de l'État chez Marx et Engels. **Cahier de la Maison des Sciences économiques**. Université de Paris I. 2001b. Disponible sur: <<ftp://mse.univ-parisi.fr/pub/mse/cahiers2001/R01001.pdf>>.

MARX, K. **Bolivar y Ponte**. Cabris, 1999.

MARX, K. **Manuscrits de 1857-58**. Paris: Éditions sociales, 1980.

MARX, K. **Le Capital**. Livre I. Paris: Éditions sociales, 1977a.

MARX, K. **Le Capital** Livre II. Paris: Éditions sociales, 1977b.

MARX, K. **Le Capital** Livre III. Paris: Éditions sociales, 1977c.

MARX, K. **Œuvres**. Tomo I: Économie. Paris: La Pléiade, 1963. p. 1438-1451.

MARX, K. **Misère de la philosophie**. Paris: Éditions sociales, 1961.

MARX, K. Enquêtes sur les tortures en Inde. **New York Daily Tribune**, New York, p. 176, 28 août 1857. (*Textes sur le colonialism*).

MARX K.; ENGELS, F. **Le Manifeste du Parti communiste**, dans Œuvres - Économie I. Paris: La Pléiade; Gallimard, 1965.

MARX K.; ENGELS, F. **L'Idéologie allemande**. Paris: Éditions sociales, 1968.

MARX K.; ENGELS, F. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions en langues étrangères, 1978.

MARX K.; ENGELS, F. **Marx-Engels Werke**, band 7. Berlin: DietzVerlag, 1988a. p. 213-225. (artigo de fevereiro de 1850 na Neue Rheinische Zeitung).

MARX K.; ENGELS, F. **Marx-Engels Werke**, band 32. Berlin: DietzVerlag, 1988b.

RUBEL, M. **Écrits sur le tsarisme et la commune russe**. Genève: Droz, 1969.

Remy HERRERA

Il a commencé par travailler dans l'audit financier (1987-1988), au Secrétariat général de la Défense nationale (SGDN [service militaire], 1992), puis à l'Organisation de Coopération et de Développement économiques (OCDE, 1992-1997) et pour la Banque mondiale (1999-2000). Il a siégé au Comité national du CNRS (2000-2005) et au Conseil scientifique de Paris 1 (2001-2002, 2005-2006). Il a présidé un comité d'experts de l'Agence d'Évaluation de la Recherche et de l'Enseignement supérieur (AERES, 2011).

Il a enseigné dans diverses Universités françaises (Paris 1 [1993-2013], en particulier) et étrangères, notamment la Faculté de Sciences sociales d'Alep (1998), l'Université du Caire (1999-2000) et à l'Université Complutense de Madrid (2009-2013).

Il est ou a été associé à l'Union of Radical Political Economics (New York), l'International Initiative for Promoting Political Economics (Londres), la Sociedad de Economía Política Latinoamericana (São Paulo), l'Asociación Nacional de Economistas de Cuba (La Havane) et le Forum du Tiers-Monde (Dakar). Il a été l'un des coordinateurs du Forum mondial des Alternatives (FMA), ainsi qu'expert conseiller de programmes de recherche internationaux à la Chūbu University (Nagoya) et à la Lingnan University (Hong Kong).

Il travaille régulièrement avec le Centre Europe – Tiers Monde (Genève), l'appuyant dans son rôle consultatif auprès du Conseil des Droits de l'Homme des Nations unies (ONU).
